




ENTREVISTA COM JAQUELINE GOMES DE JESUS

INTERVIEW WITH JAQUELINE GOMES DE JESUS

Jaqueline Gomes de Jesus¹ <https://orcid.org/0000-0002-2459-0135>Antonio Ricardo Calori de Lion² <https://orcid.org/0000-0001-6746-2240>Graziela Schneider Urso³ <https://orcid.org/0000-0002-9933-2886> <http://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.14717>

Recebido em: 30 de novembro de 2020.
Primeira revisão: 29 de março de 2021.
Revisão final: 26 de novembro de 2021.
Aprovado em: 28 de novembro de 2021.

1 Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0121194567584126>. E-mail: jaqueline.jesus@ifrj.edu.br

2 Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso — Câmpus de Rondonópolis, Brasil. Mestre em História pela UNESP/Assis, Brasil, onde atualmente cursa seu doutoramento em História. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É membro do LEDLin - Laboratório de Estudos em Diferenças e Linguagens (UFMS/Aquidauana). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8651248987276573>. E-mail: antonio.lion@unesp.br

3 Possui graduação em Russo e Português (2004), mestrado em Literatura e Cultura Russa (2010) e doutorado na mesma área pela Universidade de São Paulo (2016), Brasil. Suas principais áreas de atuação são línguas, literaturas e culturas estrangeiras modernas, com ênfase em estudos russos e gregos modernos; Estudos da Tradução; Literatura Comparada e Teoria Literária; Linguística; Estudos Culturais; História das Mulheres; Gênero; estudos autobiográficos. Membro de Azimute: Laboratório de Estudos Orientais, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1124080708548291>. E-mail: graelau@hotmail.com



Foto: Divulgação.

A professora, pesquisadora e ativista transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus é graduada e mestra em Psicologia e Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Tem se consolidado como uma das maiores referências brasileiras para o transfeminismo e interseccionalidade, sendo pesquisadora-líder do ODARA — Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade. Sua atuação técnico-militante perpassou a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas e o Centro de Convivência Negra da UnB (2004-2008). Também foi membro do Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Ministério do Planejamento (2008-2010) e foi Assessora Técnica da Presidência da República (2011). Contribuiu com o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (gestão 2013-2016) e atualmente é professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

Convidamos Jaqueline Gomes de Jesus para esta entrevista que abrange sua atuação profissional docente, técnica e também sua produção acadêmica, voltada — sobretudo — para as questões de gênero da população transgênera brasileira. Esta entrevista foi realizada via WhatsApp no segundo semestre de 2020.

Pergunta: Olá Jaqueline. Obrigada por nos conceder esta entrevista em meio a quarentena e todo o peso que tem tido o nosso cotidiano. Primeiramente, gostaríamos que você falasse sobre sua trajetória educacional, desde o Ensino Básico até a pós-graduação, entre a relação das instituições com a sua identidade de gênero e você mesma com essas instituições. E, ainda neste sentido, como você vê, no que diz respeito a políticas públicas, o que é imprescindível fazer na educação como um todo, em termos de matérias, materiais, leituras, por exemplo, por meio de uma lei de inclusão, no currículo oficial das redes de Ensino, da obrigatoriedade de temáticas sobre a transgeneridade, nos moldes das leis 10639/03 e 11465/08?

Resposta: Eu sempre tive muito apoio da minha família para os estudos — minha mãe era professora e meu pai é operador de computadores — minha mãe foi a primeira pessoa [da família] a ter acesso ao Ensino Superior, ela se formou em Pedagogia no mesmo ano em que eu nasci, pela Universidade de Brasília; meu pai se tornou operador de computadores nesta mesma Universidade, então como uma família negra que teve uma origem... uma ascensão a partir da educação fui muito estimulada desde pequena. Na escola em que minha mãe dava aula ela também cuidava da biblioteca a noite

então eu tive bastante acesso a livros. Grandes desafios sempre por ser uma criança e adolescente negro, sempre tive muita experiência... contato com a subestimação do meu conhecimento, da minha capacidade, apesar de meu alto desempenho educacional. Enfrentei muitos desafios na escola por ser uma criança não-conforme de gênero, no caso conhecida como uma criança gay na época, uma criança viada — vamos falar assim —, e eu sofria muito *bullying* na minha escola, onde eu estudava, mas eu consegui terminar o Ensino Fundamental, apesar de sofrer discriminação, violências todos os dias com a anuência dos professores, brincadeiras mais agressivas dos outros alunos. E no Ensino Médio eu mudei para uma escola em que eu tive muito mais mobilidade. No acesso à universidade, apesar de ser uma das pouquíssimas pessoas negras estudando no curso de... primeiro entrei em Química e resolvi fazer o vestibular depois para... — Química eu entrei em 1996, depois Psicologia em 1997 — eu resolvi mudar para Psicologia e estou na Psicologia desde então e tenho desenvolvido meus trabalhos nesta área. Eu foquei muito em Gestão da Diversidade que sempre me interessou, desde a graduação, onde eu tive acesso as teorias e modelos dessa área que é multidisciplinar e tive o conhecimento do movimento LGBT, em 1997. Então, desde então eu tenho aliado a pesquisa acadêmica com o ativismo. Atualmente não estou mais ligada a nenhuma instituição de militância, nenhuma Organização Não Governamental, atuo enquanto professora, pesquisadora, mas tive uma longa trajetória nos dois campos, tanto que em 2000 eu fundei uma ONG — a Ações Cidadãs em Orientação Sexual — durante minha graduação ainda para pesquisa, recebendo os financiamentos de uma entidade internacional. E depois, tive a oportunidade no período que comecei meu mestrado, nós aprovamos em 2003, na Universidade de Brasília, o Sistema de Cotas para negras e negros, apresentei um Projeto de Gestão de Sistema e assim eu me tornei a primeira gestora, assessora de Diversidade e Apoio aos Cotistas e coordenadora do Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília. Em torno de 2009 eu vou começar minha transição, eu vou me reconhecer como uma mulher trans e eu já estava no doutorado, e aí eu vou focar minha pesquisa muito nesse sentido das questões de gênero, eu ainda não pesquisava especificamente sobre pessoas trans. Eu trabalhei com a questão de gênero de forma geral incluindo pessoas trans, mas eu resolvi desenvolver alguns trabalhos considerando essa minha... esse momento mais pessoal de percepção de que havia pouca reflexão sobre transgeneridade e as questões de gênero e sociedade e publiquei alguns livros que estão por aí... como o e-book **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** (2012) que é referenciado por algumas entidades que usam em sua formação, como a Polícia Civil de São Paulo; e o livro **Transfeminismo: teorias & práticas** (2014) e daí foi meu foco mais nas questões trans, participando também da construção de algumas normativas como a portaria do nome social, ligada ao Ministério do Planejamento, onde eu trabalhava cedida na época em que eu participei da construção da Política Nacional de Atenção aos Servidores. Nesse sentido, na minha transição eu tive muito apoio da minha família, dos amigos, no trabalho e também na Academia. E desde então eu tenho nos últimos três anos focado mais no tema da saúde mental e das minorias sexuais e de gênero no planeta.

P. Nos últimos anos vimos a discussão sobre a patologização e despatologização da transgeneridade ganhar novos contornos no debate com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no CID-11. Em que grau você considera que as teorias de gênero têm algum efeito nestas discussões dos grupos da OMS que tem discutido sobre a questão da transexualidade?

R. É uma questão complexa. Nós partimos de perspectivas... nós que somos críticos enquanto pesquisadores profissionais ativistas no campo da Saúde voltada às identidades trans nós temos, a partir de perspectivas sobre a cidadania, sobre o direito de existência de pessoas trans, então obviamente, as teorias mais atuais de gênero que atentam para a diversidade de gênero e para as questões ligadas à identidade de gênero obviamente foram fundamentais para nominar as populações. Existe acima de tudo, na verdade, na minha compreensão nesse debate uma questão política da saúde global. São diferentes contextos nacionais, uma coisa — por exemplo, falar do sistema de saúde do Brasil que é totalmente diferente do Norte Americano — e o nosso Sistema Único de Saúde nós temos acesso universal à saúde e o sentido de patologia não funciona, não é útil, apesar de ser utilizado por questão de preconceito, mas não é, porque nós somos guiados

no SUS pelos princípios de integralidade e da humanização. É diferente, por exemplo, do serviço de saúde Norte Americano que não é universal e que eles dependem da patologização para terem acesso a serviços de saúde, por exemplo, para população trans. Então o debate é muito mais político, de política global, do que parece.

P. A invenção do conceito de cisgeneridade enquanto um marcador de diferença de quem não é trans pode significar um marcador “às avessas” e estigmatizar ainda mais a população trans? Neste sentido, você acredita que as teorias de gênero, notoriamente as teorias *queer*, podem contribuir para que as experiências e vivências de identidades de gênero e sexuais sejam somente um “laboratório” de estudo e não um processo de emancipação e dever ético perante um “cistema” que exclui e apaga estas/es sujeitas/os?

R. Ele não é um marcador às avessas, não estigmatiza ainda mais a população trans. Não sei de onde veio essa pergunta, mas... Quando foi criado o conceito de cisgeneridade foi uma resposta para identificação desse lugar que não era nominado antes das pessoas que não são trans, era muito comum se colocar que a pessoa que não era trans era “pessoa” — como se pessoas trans não fossem pessoas —, eram homens e mulheres como se pessoas trans binárias não fossem homens e mulheres na sociedade binária, isso ainda tem algumas confusões hoje nessa discussão, como se não houvesse uma identidade de gênero relacionada as pessoas que não são trans, como se fossem simplesmente pessoas e isso é um discurso ideológico. É fundamental visibilizar essa ideologia da cisgeneridade quando o movimento transfeminista — as transfeministas que criaram o conceito, não é só um termo é um conceito — elas fundamentaram nessa ideia de localizar as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando nasceram. Então, nesse sentido, é fundamental localizar para que a gente saiba como enfrentar esse privilégio que não é nominado, por isso permanece.

P. Com relação a esta pergunta, ainda, de que modo você vê e se relaciona ao pensamento feminista brasileiro progressista da atualidade?

R. O que eu posso falar é com relação ao feminismo de forma geral. No Brasil nós temos tido grandes avanços, principalmente o feminismo feito na internet. O transfeminismo tem muitas ligações e debates com o feminismo negro principalmente, tanto na Academia que é mais o meu campo, mas principalmente nos movimentos sociais o que eu vejo é... nos movimentos sociais trans um empoderamento deles também pela adoção de discursos e reflexões do transfeminismo e uma contextualização mesmo do transfeminismo as realidades do Brasil. Então é um contexto bem rico de debates, reflexões e de alguns enfrentamentos que não são de hoje, mas estão presentes.

P. A política no Brasil foi levada a um limite bem perigoso nos últimos anos, principalmente com a eleição de Bolsonaro à Presidência da República, em 2018. As ditas “pautas identitárias” ganharam um imenso e pejorativo jargão de “doutrinação” das crianças e “destruição” das famílias pela mentirosa “ideologia de gênero”. Porém, mais à esquerda também notamos um discurso que indica crítica severa às lutas pela equidade de gênero, transição de gênero e LGBTfobia. Ícones políticos como Ciro Gomes têm dito e repetido que essas não são questões tão importantes para o Brasil, neste momento. Nas últimas eleições você se candidatou a Deputada Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Como você vê o transfeminismo no ativismo político como um todo, e de que modo sua militância e visões de mundo foram/são recebidas e abraçadas pelos partidos de esquerda no Brasil? Ao mesmo tempo, você acredita que exista um transfeminismo liberal, que um transfeminismo desassociado da luta anticapitalista seria possível?

R. Eu vejo como um elemento como toda a luta para nós que somos candidatas feministas, sejamos nós feministas negras ou feministas de qualquer natureza, eu como feminista negra, transfeminista, feminista marxista... Esse é um problema da visão limitada que as pessoas têm hoje, elas tendem a

categorizar, mas vem também da experiência dos novos movimentos sociais frente aos novíssimos de entender a quebra dessas categorias que buscam... e aí quem faz uma crítica ao identitarismo tem razão no uso político das identidades e pensamentos para colocar dentro de caixinhas e não entender que elas existem enquanto identidades para que sejam colocadas no cenário global e isso acaba isolando de forma geral. Então é fundamental o feminismo no debate político, ele tem sido extraordinário para inclusão de mulheres, negros, LGBTs e o feminismo que fale em todas as suas expressões seja ele o feminismo negro, o transfeminismo... a gente viu a ascensão do número de candidatas e candidatos trans e o que falta é apoio dos partidos com relação a isso. E obviamente que existe — como existe feminismo liberal — existe obviamente transfeminismo liberal, porque é um feminismo. O transfeminismo não é um feminismo dissociado dos outros feminismos, é um feminismo como os outros com suas particularidades e diferenças.

P. O conceito de “lugar de fala” e os desdobramentos dele no ambiente do diálogo democrático hoje tem sido um debate longo e pouco proveitoso nas redes sociais entre tópicos identitários, antirracistas e também sociais no recorte de classe. A partir de questões étnico-raciais no transfeminismo, de que modo você compreende este conceito, o seu significado mais efetivo para a discussão coletiva e também seus limites?

R. Eu não compreendo o conceito a partir de questões étnico-raciais no transfeminismo. O conceito de lugar de fala ele cabe para qualquer população e isso, às vezes, as pessoas criam uma... querem fazer uma marca específica que, às vezes, fica meio estranha. “O que é o lugar de fala x? O que é o lugar de fala y?”. É entender o que vai haver já é do pressuposto do conceito de lugar de fala que vão ter diferentes lugares de fala e o que significa eles no campo das relações de poder, no colonialismo, é disso que a gente está falando. Então, fica um pouco confusa a pergunta porque o conceito eu vou compreender a partir dessa base que tem uma base histórica sociológica, que tem uma base histórica que o feminismo negro principalmente trouxe para se pensar os problemas da nossa existência afrodiaspórica na contemporaneidade e aí eu posso encontrar esse ponto de que, obviamente, nesses lugares que nós nos encontramos, complexos, enquanto... por exemplo, vou pensar num lugar de mulher trans negra que vai ter um contexto particular de fala sendo acadêmica, servidora pública estável, produtora de conhecimento, que vai ter interlocuções internacionais, que vai ter um trabalho político nacional e vai ter interlocução com o movimento social, então é muito complexo isso. Muitas vezes o que é interessante é pensar em um lugar de fala do sujeito considerado universal, que já falei, do homem cisgênero branco que não se coloca como tal, e como mudar essa lógica para que nós ocupemos esse espaço também que é ocupado por ele que, inclusive fala de nós, geralmente nos meios de comunicação e na Academia e que nós não podemos falar do mundo, não podemos nos colocar na nossa perspectiva de mundo, esse é o grande debate... esse é o grande debate, como trazer a partir de nossas diferentes perspectivas essa leitura de mundo. E aí, obviamente, que esse olhar que terseccionaliza o olhar da população trans — que não é um único olhar — e da população afro-brasileira — que não é um único olhar — para trazê-lo para esse debate é fundamental para se perceber a realidade como um todo, é essa a grande questão do lugar de fala.

P. No país que mais mata pessoas trans no mundo, como você entende as diferentes formas de transfobia — seja a de extrema direita, seja a social, institucional, sistêmica — e a transfobia dispensada a você mesma? Ainda, neste sentido, como você vê a representatividade, em seu sentido mais profundo, de inclusão, na cultura como um todo — TV, cinema, teatro, literatura, mídia, e também nos esportes?

R. A transfobia, como o racismo e o machismo são estruturais da cultura brasileira. O que significa ser estrutural? É falar que as instituições elas vão reproduzir, as relações sociais vão reproduzir transfobia e que existe um lugar para as pessoas trans na sociedade brasileira que é da marginalização e, como a gente sabe, da restrição laboral ao trabalho sexual, da exploração e aí também do abuso, da objetificação como objeto sexual e da violência, do assassinato quando se lê e se trata como

ameaça a pessoa trans que já é marginalizada, principalmente as mulheres trans e travestis, nós temos um feminicídio trans no Brasil. Então esse é o desafio, de mudar essa estrutura e como estrutura não é simples de mudar. O grande desafio é mudar a própria mentalidade das pessoas e seu comportamento que é transfóbico a partir de sua própria identidade aliada a diferentes opressões que também compõe as identidades, como eu falei, o racismo e o machismo. As experiências que eu particularmente vivo é principalmente da dificuldade de divulgação de minha produção científica, da falta de leitura da minha produção científica, as pessoas se interessam muito mais em ler enquanto personagem do que ler minha produção e conhecimento — que também não se restringe a população trans — então tem essa tendência de estereotipia que também é transfobia, só que na sua expressão cultural e faz parte do epistemicídio que a Sueli Carneiro tanto fala. Representatividade, ela é exatamente a ideia do protagonismo das pessoas sobre as quais se fala, é isso. Não tem muito mistério. Ela é mais do que visibilidade, não é só você ver um sujeito ou ter esse sujeito como um assunto interessante e saímos da perspectiva individualizadora ver o sujeito no seu contexto. É representatividade que esses sujeitos, sobre os quais se falam, sejam protagonistas, sejam os atores, sejam os pesquisadores, sejam os roteiristas, sejam os diretores. E a cultura de forma geral, não só os campos da produção artística que você citou ou dos esportes, eles tem uma tendência a — principalmente o esporte — a repulsar os corpos trans desse lugar de protagonismo. Então o grande desafio é incluir nesses lugares para gente quebrar essa lógica do apagamento que só retroalimenta a marginalização das pessoas trans e esse epistemicídio sobre o qual eu falei. Principalmente nos esportes, aí tem um diálogo profundo com a própria ideia de gênero das pessoas que é bastante estigmatizada dentro dos esportes. Então, pessoas trans nos esportes representam quebrar essa própria hegemonia de uma determinada construção de gênero que permanece nos esportes que é extremamente sexista, nos esportes, e que prejudica não só homens e mulheres trans, pessoas trans não-binárias, mas prejudica as próprias pessoas cisgêneras, homens e mulheres que ainda ficam enquadradas em modelos biologicistas de diferenças sexuais atribuídas aos gêneros.

P. De qual modo você acredita que o transfeminismo pode lançar luzes para um direcionamento ético, estético e dialógico para a sociedade contemporânea?

R. Para isso, eu recomendo a leitura do livro que eu sou autora e organizei, **Transfeminismo: teorias & práticas** (2014), é um livro inteiro, tem vários artigos, mas recomendo o livro em que nós, autores, falamos disso. Na minha compreensão, simplificando, como qualquer outro feminismo, o transfeminismo é uma forma de olhar o mundo, mas ele contribui, particularmente, no campo da ação quando você percebe que as contribuições de pessoas trans ao longo da história, das travestis das diferentes culturas, dos diferentes nomes que se deram a pessoas trans ao longo das diferentes culturas, nos mostram de forma mais didática essa perspectiva do gênero na sua complexidade, que muitas vezes não vendo também se tenta criar — e essa é realmente uma característica da própria categoria gênero — criar uma idealização de quem nós somos a partir de um coletivo que não existe, que é uma idealização e que se torna real — essa é a grande discussão da Judith Butler e outros autores das teorias *queer* — se torna real a partir da performatividade. Então é repensar isso, não dizer que nós deixamos de ser quem somos instantaneamente e aí demandaria um debate mais profundo sobre psicologia, sobre sociologia que as pessoas, às vezes, vulgarizam. Recomendo a leitura, e essa reflexão a partir desse olhar as pessoas vão perceber que estão usando óculos para ver o mundo, que são os estereótipos de gênero, e que elas não sabem que estão usando um óculos. Quando as pessoas entenderem que estão usando um óculos elas podem pensar como ter outras visões ou se querem manter essa visão, mas cientes que estão usando uma perspectiva específica de visão de mundo. É essa a contribuição do transfeminismo para o mundo contemporâneo.

Referências

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: [S. l.], 2012. 42 p. E-book. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo**: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014. 206 p.